



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1 Objeto da Contratação

Aquisição de materiais de limpeza e higienização e de proteção e segurança para a demanda dos trabalhos do cadastramento biométrico.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

Considerando a retomada dos trabalhos do cadastramento biométrico em Santa Catarina, faz-se necessário o fornecimento dos materiais de apoio destinados à coleta de dados dos eleitores, tais como lenços, luvas e álcool isopropílico.

Esses materiais são requisitados pelas Zonas Eleitorais e atendidos pelo Almoxarifado desde o ano 2015.

Haja vista a variação na demanda, optou-se em manter Atas de Registro de Preços para gerenciar o estoque dos materiais.

Assim, em razão do prazo de validade das Atas em vigor, 13 de fevereiro de 2023, encaminha-se o presente Estudo Preliminar para nova contratação.

2.2 Objetivos e Benefícios

A contratação irá possibilitar a manutenção do fornecimento de materiais pelo Almoxarifado para a continuidade do Projeto Biometria no Estado de Santa Catarina.

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	OEAC1, OEPI2 e SGP3

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Documentos relacionados no PAE n. 609/2023.

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Para o cálculo da previsão de consumo houve a consulta dos materiais fornecidos pelo almoxarifado nos últimos 4 exercícios.

Considerando a variação na demanda, a quantidade prevista e necessária compõe o quadro a seguir:

Id.	Material	Demanda Prevista	Quantidade a ser adquirida
1	Lenço de papel	3.0000 caixas com 50 lenços de folhas duplas	3.0000 caixas com 50 lenços de folhas duplas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2	Lenço umedecido swab	110.000 unidades	110.000 unidades
3	Luva em vinil P	500 caixas com 100 unidades	500 caixas com 100 unidades
4	Luva em vinil M	1.000 caixas com 100 unidades	1.000 caixas com 100 unidades
5	Luva em vinil G	600 caixas com 100 unidades	600 caixas com 100 unidades
6	Toalhinhas Umedecidas	3.000 pacotes com 50 unidades	3.000 pacotes com 50 unidades

2.6 Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Os produtos disponíveis no mercado e os custos totais da demanda encontram-se relacionados nos Estudos Preliminares.

2.7 Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8 Caracterização e Composição do Objeto

Id.	Descrição
1	Lenço de papel , folha dupla, macia, fibras 100% virgens, medindo, aproximadamente, 21cm x 14,8cm. Embalagem: caixa com 50 lenços duplos.
2	Lenço umedecido em sachê, álcool Swab , em falso tecido embebido com 70% de álcool isopropílico, medindo, aproximadamente, 6cm por 3cm, regularizado junto à ANVISA/MS de acordo com a Lei n. 6.360 de 23 de setembro de 1976. Forma de entrega: em caixas com, no máximo, 200 sachês. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.
3	Luva de vinil com pó descartável , para procedimento não cirúrgico, incolor, ambidestra, impermeável, não estéril. Tamanho Pequeno . O produto deve ser registrado junto à ANVISA/MS. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.
4	Luva de vinil com pó descartável , para procedimento não cirúrgico, incolor, ambidestra, impermeável, não estéril. Tamanho Médio . O produto deve ser registrado junto à ANVISA/MS. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.
5	Luva de vinil com pó descartável , para procedimento não cirúrgico, incolor, ambidestra, impermeável, não estéril. Tamanho Grande . O produto deve ser registrado junto à ANVISA/MS. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.
6	Toalhinhas umedecidas em tecido não tecido (TNT), medindo, aproximadamente, 20cm x 15cm, sem álcool etílico, embalagem do tipo tira fácil com 50 unidades, com tampa plástica "abre e fecha" flip top. O produto deve ser registrado na Anvisa/MS. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da entrega do material no Almoxarifado do TRESC.

2.9 Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10 Parcelamento e Adjudicação

Adjudicação por item, não cabendo parcelamento.

2.11 Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

2.11.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

2.12 Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.13 Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequação
Infraestrutura Elétrica	
Logística de Implantação	
Espaço Físico	
Mobiliário	
Impacto Ambiental	

2.14 Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.15 Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.16 Obrigações da Contratante

a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

b) promover, através de seu representante, o servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da contratação, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

c) efetuar o recebimento definitivo em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

2.17 Obrigações da Contratada

a) fornecer os produtos nos prazos e demais condições estipuladas na proposta;

b) entregar os produtos no Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

c) após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias;

d) estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata o subitem c, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

e) em caso de substituição de produto, conforme previsto no item c, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC.

g) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.18 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

O objeto deve atender aos requisitos técnicos abaixo:

Id.	Requisito Técnico
1	<ul style="list-style-type: none">Folha dupla e macia;Fibras 100% virgens;Medindo, aproximadamente, 21cm x 14,8cm; eEmbalagem: caixa com 50 unidades.
2	<ul style="list-style-type: none">Confeccionado em tecido não tecido;Com 70% de álcool isopropílico;Medindo, aproximadamente, 6cm x 3cm;Validade mínima de um ano a contar da entrega do produto no TRE;Fornecido em embalagem contendo, no máximo, 200 unidades; eRegistrado junto à ANVISA/MS.
3	<ul style="list-style-type: none">Descartável;Para procedimento não cirúrgico;Com pó;Não estéril;Ambidestra;Tamanho pequeno;Embalagem: caixa com 100 unidades;Produto registrado junto à Anvisa/MS; eValidade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no TRE-SC.
4	<ul style="list-style-type: none">Descartável;Para procedimento não cirúrgico;Com pó;Não estéril;Ambidestra;Tamanho médio;Embalagem: caixa com 100 unidades;Produto registrado junto à Anvisa/MS; eValidade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no TRE-SC.
5	<ul style="list-style-type: none">Descartável;Para procedimento não cirúrgico;Com pó;Não estéril;Ambidestra;Tamanho grande;Embalagem: caixa com 100 unidades;Produto registrado junto à Anvisa/MS; eValidade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6	<ul style="list-style-type: none">• Em tecido não tecido (TNT);• Sem álcool etílico;• Medindo, aproximadamente, 20cm x 15cm;• Com tampa plástica “abre e fecha” flip top;• Validade mínima de um ano a contar da entrega do produto no TRE-SC;• Embalagem: pacote com 50 unidades; e• Registrado junto à ANVISA/MS.
---	---

3.1.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

1	Elite softy's 50 folhas
2	Labor Import
3	Descarpack, código 0540101
4	Descarpack, código 0540201
5	Descarpack, código 0540301
6	FellClean

Observações:

- 1) Além da marca do produto os licitantes deverão informar, quando houver, sua **referência, código ou modelo**.
- 2) Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações da marca indicada na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pelo fabricante de que possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.
- 3) Os produtos das marcas e códigos de referência citados não necessitam de amostra, pois atendem ao solicitado.
- 4) As marcas e códigos de referência citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, será aceito pela Administração, sem restrições, produto similar ao indicado, que detenha as especificações daquele).
- 5) Com relação aos itens 1, 2 e 6, será aceita a variação nas medidas aproximadas em até 10%.

3.1.2 Códigos SIASG

1	325014
2	392369
3	373858
4	356742
5	304173
6	434965



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.3 Vigência

A Contratação terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

Florianópolis, em 13 de março de 2023.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A gestão da aquisição será efetuada pelo servidor titular da função de Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, procedendo aos recebimentos provisório e definitivo do material. O protocolo de comunicação deve ser materializado por meio de correio eletrônico ao fornecedor, à Seção de Gerenciamento de Contratações e à Secretaria de Administração e Orçamento.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

O fornecedor deverá entregar o produto no prazo e demais condições estipuladas na proposta. Não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESA. Como também, deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio receberá o material conferindo as especificações descritas no contrato ou nota de empenho. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da respectiva notificação, arcando com todas despesas.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Materiais procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho no site do TRESA; a informação à unidade demandante, ao gestor da contratação e demais partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no PAE que originou a contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os materiais deverão ser entregues no depósito do Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13 às 19h.

Caberá ao servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

Prazo de entrega: **15 (QUINZE) dias** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

1.3. Instrumentos Formais

Será(ão) emitida(s) nota(s) de empenho em favor da(s) empresa(s) vencedora(s), onde estarão detalhados os produtos, seus valores e os respectivos prazos de entrega.

1.4. Prazos de Garantia

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto armazenado dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será feito pelo gestor/fiscal do contrato, qual seja o servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, ao qual caberá efetuar o recebimento provisório e definitivo do material.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O produto será inspecionado no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade do material segundo as especificações constantes na caracterização e composição do objeto (item 2.7).

Será feita a contagem de todo quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas, e, não sendo possível verificar item a item, haverá a conferência por amostragem.

No caso de fornecimento de amostra pelo licitante, será verificado no ato do recebimento, se o produto entregue no depósito do Almoxarifado é da mesma marca, código, referência ou modelo do produto aprovado.

O recebimento definitivo será até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11. Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea "c" do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido in albis o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.